



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 71/XII/ 1.ª SL

Aos 16 dias do mês de Maio de 2012, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 69/XII (relativa à reunião de 9 de maio de 2012)
2. Apreciação e votação do requerimento do PS para audição do Ministro da Economia e do Emprego sobre o atraso na orientação estratégica e técnica do QREN
3. Apreciação e votação do requerimento do PS para audição do Ministro da Economia e do Emprego e da Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território sobre a forma de funcionamento do mercado retalhista e as relações entre os produtores e a grande distribuição.
4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao acesso de bens e serviços de países terceiros ao mercado interno de contratos públicos da União Europeia e que estabelece os procedimentos de apoio às negociações sobre o acesso de bens e serviços da União Europeia aos mercados de contratos públicos dos países terceiros [COM(2012)124]

Relator: Deputado João Paulo Viegas (CDS-PP)

5. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 81/XII/1.ª – Requerem que a AR solicite junto do Governo a materialização da remodelação e requalificação da Linha do Tâmega e que pugne pela manutenção do serviço de transporte rodoviário, feito em autocarros, assegurado pela CP, até à reabertura da Linha do Tâmega

Relatora: Deputada Catarina Martins (BE)

6. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 170/XI/2.ª – "Solicita-se o esclarecimento dos cidadãos sobre o efetivo preço dos transportes públicos."

Relator: Deputado João Paulo Viegas (CDS-PP)

7. Nomeação de relator para o Projeto de Lei n.º 230/XII/1.ª (BE) – Sétima alteração à Lei das Comunicações Eletrónicas (Lei nº 5/2004, de 10 de fevereiro), estabelecendo



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 71/XII/ 1.^a SL

que a TMDP passa a ser paga diretamente pelas operadoras de comunicações eletrónicas

(Cabe ao PSD)

8. Outros assuntos

1. Apreciação e votação da ata n.º 69/XII (relativa à reunião de 9 de maio de 2012)

Submetida à votação, foi a ata n.º 69/XII/1.^a, relativa à reunião de 9 de maio e 2012, aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

2. Apreciação e votação do requerimento do PS para audição do Ministro da Economia e do Emprego sobre o atraso na orientação estratégica e técnica do QREN

O Senhor Deputado Basílio Horta (PS) apresentou o requerimento, afirmando que o PS pretendia a audição do Senhor Ministro da Economia e do Emprego ou do membro do Governo que este entender indicar para dar informações sobre a que se devia o atraso da requalificação do QREN ou quando estaria pronta, dada a importância destas verbas para o relançamento da economia.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Pedro Saraiva (PSD), para lembrar que o Secretário de Estado que acompanha esta matéria já tinha prestado esclarecimentos sobre as linhas gerais desta reprogramação na Comissão, mas parecia-lhe adequado que fossem prestados esclarecimentos adicionais, pelo que o seu grupo parlamentar iria votar a favor; e Agostinho Lopes (PCP), para informar que o seu grupo parlamentar iria votar a favor do requerimento, reiterando a argumentação aduzida na reunião ordinária anterior.

Submetido à votação, foi o requerimento aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

3. Apreciação e votação do requerimento do PS para audição do Ministro da Economia e do Emprego e da Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 71/XII/ 1.ª SL

Ordenamento do Território sobre a forma de funcionamento do mercado retalhista e as relações entre os produtores e a grande distribuição.

O Senhor Deputado Basílio Horta (PS) apresentou o requerimento em causa, esclarecendo que o mesmo não está ligado ao caso da promoção do Pingo Doce do dia 1 de maio, mas sim àquilo que esse caso representa, tendo lembrado que a Senhora Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território tinha já levantado a questão do relacionamento entre a produção e a distribuição. Referiu que o mercado funciona mal, nomeadamente porque há grupos que, tendo capacidade económica para tal, importam os produtos se a produção nacional não satisfizer as suas exigências. Lembrou também que para alguns produtores é-lhes mais fácil exportar a sua produção do que venderem-na no mercado interno. Realçou igualmente a necessidade de saber quais são as margens de lucro nestes produtos, como é que a distribuição obtém esses lucros e se o Ministro da Economia e do Emprego está atento a estas matérias.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Hélder Amaral (CDS-PP), para lembrar que não há qualquer dado novo que justifique este requerimento, pois as promoções de 50% já são feitas há muito tempo, só que não de forma genérica para todos os produtos; que é necessário olhar também para a questão dos licenciamentos, principalmente, no que toca à produção artesanal; e para reiterar que a questão já se verificava anteriormente, tendo o seu grupo parlamentar chamado a atenção para a necessidade de um estudo aprofundado sobre este modelo de negócio; tendo concluído pela extemporaneidade do requerimento e defendido a pertinência da criação de um grupo de trabalho para acompanhar a relação comercial entre a grande distribuição e a produção nacional; Catarina Martins (BE), para reiterar os argumentos já utilizados na última reunião ordinária e informar que o seu grupo parlamentar votaria a favor do requerimento; Agostinho Lopes (PCP), para referir que se estava a repetir uma discussão já havida na reunião ordinária anterior e defender que as informações que entretanto foram conhecidas só tornavam mais necessário ouvir o poder político sobre esta questão; e Nuno Matias (PSD), para concordar com a posição expressa por Hélder Amaral e defender que fazer as audições nesse momento seria estar a correr atrás de um acontecimento que não contribuiria para o esclarecimento do funcionamento do mercado.

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Basílio Horta (PS), para defender que não é pelo facto de a questão se ter arrastado no tempo sem qualquer iniciativa que agora não pode ser apresentada qualquer iniciativa; que com estas audições a Assembleia da República fica a saber o que está a acontecer e o Governo fica a saber o que a Assembleia da República pensa



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 71/XII/ 1.ª SL

sobre o assunto e se a Senhora Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território anuncia ao país que tem medidas a aplicar sobre esta matéria não há razão que a impeça de falar sobre essas medidas com os Deputados. Concluiu aceitando a proposta de criação de um grupo de trabalho para acompanhar a situação.

Submetido à votação, foi o requerimento rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE.

O Senhor Presidente referiu que iria proceder à criação formal do grupo de trabalho na próxima reunião da Comissão, que o mesmo teria a duração de 3 meses e esclareceu que quaisquer audições de membros do Governo que o grupo de trabalho queira fazer teriam de se realizar no plenário da Comissão. De seguida, lembrou que tinha sido distribuído um requerimento do BE para audição do Senhor Secretário de Estado da Energia que deveria integrar os outros assuntos, mas, se não houvesse oposição de nenhum grupo parlamentar, a apreciação desse requerimento poderia ser feito de imediato.

Não tendo havido oposição, a Senhora Deputada Catarina Martins (BE) apresentou o requerimento, lembrando que uma comissão técnica da UNESCO tinha feito um relatório muito duro sobre a barragem do Tua, que diz que as obras na barragem de Foz Côa têm de parar. Lembrou que tanto os responsáveis pela área da cultura como pela área do ambiente já afirmaram que a decisão de continuar com a barragem tem a ver com a tutela do Plano Nacional de Barragens.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Agostinho Lopes (PCP), para concordar com o requerimento; Fernando Jesus (PS), também no mesmo sentido; e Luís Leite Ramos (PSD), para expressar preocupação com a situação do Alto Douro Vinhateiro, lembrar que todo o processo foi mal conduzido desde o início, que o relatório é do ICOMOS e não da UNESCO; e defender que o requerimento não faz sentido, porque o Alto Douro Vinhateiro é da tutela da Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e Ordenamento do Território e que o mesmo deveria ser apresentado na Comissão de Agricultura e Mar.

Respondeu a Senhora Deputada Catarina Martins (BE), para referir que o BE terá todo o interesse em debater a questão em qualquer das comissões e para lembrar que, aquando da discussão do assunto em Plenário, o próprio Secretário de Estado da Agricultura tinha afirmado que a questão estava na tutela do Ministério da Economia e do Emprego.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 71/XII/ 1.ª SL

Submetido à votação, foi o requerimento rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE.

4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao acesso de bens e serviços de países terceiros ao mercado interno de contratos públicos da União Europeia e que estabelece os procedimentos de apoio às negociações sobre o acesso de bens e serviços da União Europeia aos mercados de contratos públicos dos países terceiros [COM(2012)124]

Relator: Deputado João Paulo Viegas (CDS-PP)

De seguida, o Senhor Deputado João Paulo Viegas (CDS-PP) apresentou o parecer sobre a COM(2012)124.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Paula Cardoso (PSD), para realçar a importância desta proposta de regulamento e afirmar que aguarda com expectativa as alterações legislativas que o mesmo vai provocar no ordenamento jurídico português; e Paulo Campos (PS), para lembrar a posição da Comissão Europeia quanto ao funcionamento dos mercados.

Submetido à votação, foi o parecer aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, do BE e do PEV.

5. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 81/XII/1.ª – Requerem que a AR solicite junto do Governo a materialização da remodelação e requalificação da Linha do Tâmega e que pugne pela manutenção do serviço de transporte rodoviário, feito em autocarros, assegurado pela CP, até à reabertura da Linha do Tâmega

Relatora: Deputada Catarina Martins (BE)

De seguida, a Senhora Deputada Catarina Martins (BE) apresentou o relatório final da petição n.º 81/XII/1.ª.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Adriano Rafael Moreira (PSD), para se demarcar da opinião da relatora, mas concordar com o relatório; e Ana Paula Vitorino (PS) para lembrar que as obras de requalificação da Linha do Tâmega tinham já sido começadas, uma vez que era uma obra a realizar por fases.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 71/XII/ 1.ª SL

Submetido o relatório à votação, com exceção da opinião da relatora, foi o mesmo aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do PEV.

6. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 170/XI/2.ª – "Solicita-se o esclarecimento dos cidadãos sobre o efetivo preço dos transportes públicos."

Relator: Deputado João Paulo Viegas (CDS-PP)

Por solicitação do relator, em virtude de ter entretanto chegado uma resposta a um pedido de informação a respeito desta petição, que queria integrar no relatório, este ponto da ordem do dia foi adiado para a reunião seguinte.

7. Nomeação de relator para o Projeto de Lei n.º 230/XII/1.ª (BE) – Sétima alteração à Lei das Comunicações Eletrónicas (Lei nº 5/2004, de 10 de fevereiro), estabelecendo que a TMDP passa a ser paga diretamente pelas operadoras de comunicações eletrónicas

(Cabe ao PSD)

Foi nomeado relator o Senhor Deputado Adriano Rafael Moreira.

8. Outros assuntos

O Senhor Presidente lembrou um ofício do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo convidando a Comissão a visitar o distrito e a cidade e solicitou aos coordenadores dos grupos parlamentares que se pronunciassem durante a semana seguinte, a fim de dar uma resposta ao convite feito.

A reunião foi encerrada às 12:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 de maio de 2012.

O PRESIDENTE

(LUÍS CAMPOS FERREIRA)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 71/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Agostinho Lopes
Ana Paula Vitorino
Carina Oliveira
Catarina Martins
Cláudia Monteiro de Aguiar
Eduardo Teixeira
Fernando Jesus
Fernando Serrasqueiro
Helder Amaral
Hortense Martins
João Paulo Viegas
Luís Campos Ferreira
Luís Leite Ramos
Nuno Encarnação
Nuno Filipe Matias
Paulo Ribeiro de Campos
Pedro Saraiva
Basílio Horta
Maria Paula Cardoso
Paulo Cavaleiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Cordeiro
Heloísa Apolónia
Luís Menezes
Pedro Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Rui Paulo Figueiredo